
SOBRE A ÉTICA DO PESQUISADOR: UMA DIMENSÃO POUCO EXPLORADA.

Pedro Lincoln C. L. De Mattos
(PROPAD/UFPE)

Sumário: 1. A virtude na prática objetivada do conhecimento; 2. Objetividade, ideologia e crença: como resolver esse trilema?; 3. Ética, retórica e negociação de razões; 4. A afiliação e a "conversão" acadêmicas; 5. Quando o conhecimento quer ser posse...; 6. Conclusão.

Ao iniciar esta “Reflexão”, permita-me o leitor dois agradecimentos, sem destinatário bem identificado, pois me sinto, ao escrevê-la, confortavelmente grato. Primeiro, porque me é dado escrever na primeira pessoa, certo *relax* em relação ao hábito da formulação impessoal do sujeito, padrão que me imponho em escritos acadêmicos – e este não é, formalmente, um deles. Segundo, pela própria existência sensata desse oásis na aridez do estilo dito científico, em que é preciso mostrar-se “fundamentado”, citar autores, recheiar seu escrito com referências. Ou seja, ter que preferir os outros a você mesmo, uma aceitação implícita do argumento de autoridade, mesmo quando a citação expõe as razões do autor citado. Todos sabem: entre nós, mais vale dizer as coisas – valiosas ou triviais – pela boca dos outros do que pela sua própria... Sinto-me, pois, agradecido a quem sentiu indispensável, nas revistas acadêmicas, a presença das seções tipo “Reflexão”, “Pensata” ou “Livre Pensar”.

É necessário e freqüente escrever-se sobre ética na vida e no trabalho acadêmicos. Quero, no entanto, dizer algo sobre dimensão pouco explorada: **ética e epistemologia** nessa atividade. Tenho, por isso, que distinguir, de início, o aspecto muito específico sobre que desejo refletir – com você, leitor. Nisso, seguirei máxima de uma lógica não-moderna (ou até popperiana): definir é dizer o que algo **não** é – já que em dizer (bem) o que algo é reside o grande abismo do conhecimento, a perigosa sedução moderna e o próprio sentido afirmativo do que se passa a dizer.

Então, qual **não** é o meu foco? Existe a grande temática que o clichê tem chamado “ética e poder”, e aí nós nos sentiríamos obrigados a começar por Foucault, Althusser e, indispensavelmente nos aspectos institucionais, por Bourdieu. Aqui não se trata disso. Em outra temática, muito se poderia (e, criticamente, deveria) escrever sobre ética e política interna entre “comunidades” acadêmicas. Também não. Em outra ainda, há, geralmente, muito a confessar – no duplo sentido, de revelar e de declarar culpa – sobre ética nas relações pessoais na academia: professor-aluno, orientador-orientando, professor-professor (ou professor-colegiado), avaliador-autor, e por aí vai. Mas por aí também não vou... Aliás, longe do meu objetivo falar de “código de ética” no trabalho de pesquisa, redação ou publicação acadêmicas. E haveria mais

outros aspectos em que caberia um olhar ético, tão sensível quanto oportuno.

Mesmo alongando esses parágrafos introdutórios, não resisto à tentação de denunciar algo na resposta de muitos de nós (pessoas e programas) aos indicadores públicos de resultados, normatizados, talvez de forma excessiva, pela CAPES: fazer olho cego para a baixa qualidade inovativa e de relevância social da produção acadêmica, a fim de amealhar publicações para engordar currículos e relatórios. Mostrar impressionantes estatísticas no próprio CV Lattes e galgar níveis sempre maiores na escala CAPES tornam-se valores indiscutíveis, sem concorrentes – eles que escondem a competitividade entre indivíduos e programas como motivação secreta. O mesmo “olho cego” pode aí acabar sendo lançado sobre as “pequenas malandragens acadêmicas” que aqui e ali “escapam” com aquela finalidade. Exemplos? – A inclusão quase graciosa de co-autores nos artigos; os livros (mais bem pontuados na CAPES) em co-autoria, onde às vezes os capítulos não passam por avaliação *blind review*; as bancas examinadoras “pró-forma” ou “entre amigos” (“seguras”), que garantem estatísticas de conclusão de cursos; o abuso das referências a obras no seu conjunto (autor, ano), facilmente obtidas em bibliografias alheias e em bancos de dados, sem

o trabalho próprio de pesquisa (ir à obra verificar se realmente apóia a afirmação pretendida) e sem obrigar-se a citações localizáveis pelo leitor. “Etc.”, acrescento. A diferença entre atitudes certamente éticas e duvidosamente éticas se esconde nos detalhes do comportamento real... Refreio-me, no entanto, de adentrar-me a eles. Isso não está no escopo de artigo.

Pretendo levantar (apenas levantar) quatro ou cinco reflexões sobre o que me parecem implicações éticas de situações epistêmicas, em que o pesquisador acadêmico está – permanentemente, acho eu – envolvido. Éticas, como dizendo respeito à ética, interesse transdisciplinar pela orientação da ação humana. Epistêmicas, porque, tal como formuladas tais situações, ali estaria, de fato, a questão da forma de conhecer, do critério e da qualidade do conhecimento, que não é concebido por mim como objeto do mundo lógico ou recurso econômico, mas como atividade humana total

1. A VIRTUDE NA PRÁTICA OBJETIVADA DO CONHECIMENTO

A primeira marca do trabalho científico-acadêmico – uso aqui “acadêmico” ou “científicoacadêmico”, como termos intercambiáveis, por acreditar que a ciência é, antes de tudo, algo de natureza cultural e social, como a academia que se diz fazê-la – é o estilo objetivo da linguagem, uma prática de conhecimento objetivado. Veja-se que eu não usei a expressão “conhecimento objetivo” para evitar um mal-entendido do que seja objetividade e para fugir a uma digressão necessária ao argumentar sobre isso.

A objetividade no método e na literatura científica consiste em estruturar argumentos e afirmações de tal forma que qualquer leitor especializado possa conhecer o que o autor se propõe, os termos que usa e de onde vêm ou como se desenvolveram suas razões. Assim, o texto científico é uma peça completa em si (em condições de explicar-se, sem a presença do autor), a partir da qual pode estabelecer-se uma discussão qualitativa entre membros da comunidade acadêmica, chegando cada um à posição também igualmente obrigada a justificar-se. O resultado tende a ser conhecimento mais estável, informação tornada bem comum e em condições de utilização prática.

Ora, essa objetividade do conhecimento acadêmico é o resultado de um exercício longo, não raro, penoso, sempre renovado. E isso exige força – “virtude”, que etimologicamente significa força – uma força interior, desenvolvida pessoalmente pelo pesquisador. Por dois motivos:

Primeiro, porque, radicalmente, todo conhecimento científico é percebido como nascendo da inspiração. A imaginação, dizia Einstein, é a grande qualidade do cientista. Cada um “sabe” que aquilo surgiu como idéia autônoma de dentro de si, é do gênero criação, e o trabalho científico consistirá em testá-la empírica ou socialmente (que não são processos opostos, já que o método empírico, hoje está claro, é um desenvolvimento cultural bem localizado na história da ciência). A justificação intersubjetiva, expressão bem difundida, subjaz a todos os métodos, e o pesquisador-acadêmico passa por uma “tensão fundamental”: tem “sua” idéia (até aceita

chamá-la “hipótese”), algo que até **lhe** basta, tanto que estaria pronto a partir para a ação prática decorrente dela, mas tem que refrear-se e enfrentar o contencioso, a opinião dos pares, o caminho tortuoso da demonstração. Não só não deve fugir disso, não só não pode esconder-se em um discurso solitário, tem que reconhecer ao outro pesquisador o direito à discordância, correspondente ao seu à afirmação, aceitar que só esse movimento para fora, para a objetivação social do conhecimento, **lhe** dá alguma chance contra o auto-engano, a ilusão, o perder-se em si mesmo e depois querer levar aos outros o risco de acompanhá-lo. Aí será preciso virtude pessoal, “têmpera”, como diziam os antigos.

O segundo motivo que faz da objetividade no conhecimento uma virtude é aceitar, exercitar-se (e até impor-se) o **método** como disciplina pessoal de trabalho. Não há virtude em quem aprende e pratica o método como instrumental técnico. A razão instrumental, que Adorno e Habermas tão bem analisaram, pode instalar-se como necessidade extrínseca à consciência humana. Não a faz encontrar-se consigo própria. Não desperta a condição humana. No entanto, entender e executar a metodologia como tecnologia é a grande tentação facilitadora do crescimento rápido na produção acadêmica. “Basta fazer assim”, aí estão os manuais de metodologia e os softwares de análise estatística. Fazer como a maioria faz, seguir a rota (ou rotina) pavimentada, pois é mais fácil que não recusar o esforço de incorporar técnicas a uma aprendizagem criativa individual, pesquisa a pesquisa. O artista tem que interiorizar sua escolha: ser livre em cada peça que produz, incorporando a técnica à criação, ou entregar ao processo industrial a produção que **lhe** trará ganhos em economia de escala. A produção literária acadêmica é do gênero artesanal e deve deixar a difusão ao jornalismo e aos profissionais da retransmissão da cultura em instituições de treinamento e codificação do saber, uma – apenas uma e adjutória – finalidade da escola. Não há virtude em ser elite e nem em procurar obstinadamente o sucesso de público, mas há uma virtude enorme em ser aquela minoria que aceita deixar para o futuro, incerto, ver o fruto de seu trabalho – ou até não chegar a vê-lo.

2. OBJETIVIDADE, IDEOLOGIA E CRENÇA: COMO RESOLVER ESSE TRILEMA?

Há uma questão complementar à da virtude da objetividade no conhecimento. É que nenhum acadêmico produz honestamente sem a crença, pessoalmente sentida, em sua própria idéia. O ser humano só se entrega àquilo em que acredita. Cada um de nós acredita, com maior ou menor intensidade, no que escreve, e é justamente da crença que se origina a vontade de comunicar, convencer outros, difundir. Mas a crença mergulha na ambigüidade humana: tem dificuldade de compor-se com a razão. A justificação não faz parte dela, mesmo que possa compor o quadro de fatores que misteriosamente estão em sua origem. A objetivação, no entanto, se apóia na razão que é produto cultural – a filosofia do Século XIX, apoiada em Hegel e Nietzsche, e a antropologia filosófica do Século XX sepultaram a idéia de uma razão unívoca e “natural”. A razão é produto partilhado socialmente, mesmo que interiorizado profundamente por cada um de nós, até como recurso último de nossa segurança de orientação.

Não só a justificação social não faz parte da crença, mas esta de novo se revela ambígua ao incorporar o interesse e o compromisso social. E aí a razão discursiva lhe é submetida, e temos a ideologia presente em nossa produção. E, se de uma forma ou de outra, é sempre possível apontar nesta o componente ideológico, melhor assumi-la de entrada, como sugerem, em áreas e por razões diferentes, Gunnar Myrdall, Ralf Dahrendorf e Paul Ricoeur. Na prática do trabalho acadêmico em ciências humanas, a crença, a ideologia e a objetividade científica formam um trilema subliminar. Como resolvê-lo? Provavelmente não há resposta à vista, mas certamente para aceitá-lo, conviver com ele e ter pequenos sucessos pontuais, enquanto socialmente reconhecidos, volta a noção de virtude, nesse caso, a força rara da honestidade intelectual.

3. ÉTICA, RETÓRICA E NEGOCIAÇÃO DE RAZÕES

A virtude da honestidade, que nada tem de moralismo rígido e que é mais do

pecador penitente do que do religioso beatificado, nos traz às situações da retórica, o campo das relações públicas de comunicação.

Seguindo longa tradição, os praticantes da ciência criam entre si um contexto de arena de idéias e enunciados, e seus proferimentos tomam o grande sentido da retórica argumentativa, para o qual mobilizam enorme arsenal de estratégias metodológicas, em que se tornam especialistas. Note-se que não se usa aqui o termo “retórica” puramente no sentido coloquial pejorativo (palavras vazias e enganosas). A retórica é uma arte – não me refiro também à “arte de falar em público” como técnica – e a academia fundamentalmente a pratica em seu trabalho. Bourdieu conceitua bem o campo científico como uma arena competitiva onde se disputa a credibilidade e a legitimidade do saber socialmente diferenciado. Essa arte é milenar. Perelman e Olbrechts-Tyteca estudaram profundamente sua história, sua evolução semântica e sua estrutura lingüística. A retórica antiga era o ato de falar de público, geralmente perante uma multidão, de modo persuasivo, visando a ganhar a adesão dos espíritos, dizem os autores. Platão e outros identificaram um desvio desta arte no discurso dos sofistas, persuasivo e eivado de argumentos psicológicos e “ad hoc” (sem apoio em premissa geral reconhecida), chamando-o de erística. Perelman e Olbrechts-Tyteca procuram recuperar o sentido dessa arte, a partir da noção de conhecimento “racional dialético” em Aristóteles. Aí, a convicção é diferenciada da simples persuasão. O discurso convincente é aquele que deveria (é ordenado para) obter a adesão de pessoas racionais e capazes, honestamente postas em discussão. Chamam isso “retórica argumentativa”, conceito do qual se aproxima fortemente a “racionalidade comunicativa” de Habermas.

Pois bem, a questão ética se coloca justamente porque, na prática, não há limites claros entre quem pretende ganhar a razão ou convicção do ouvinte (leitor) e quem só intenciona tê-lo de seu lado. É tênue a linha que separa a retórica argumentativa da retórica erística ou persuasiva. Imaginemos um espectro diversificado de práticas na academia, tendo, em um extremo, aqueles que Pedro Demo, em livro de 1982, chama de vivaldinos, e, em outro, – é claro – nós mesmos... Quero dizer: há uma dificuldade

enorme de reconhecermos nossa própria prática nesse ponto, acostumados que estamos com o ambiente da sala de aula, de público cativo e de pessoas menos informadas sobre o tópico em estudo. Além disso, ali e em outras ocasiões típicas de nosso trabalho, estamos sob cheque, pagando o preço da suposição do saber, que é autoridade, atribuída pelos ouvintes. E então vale “quase tudo” para salvaguardar essa autoridade. Em tais ocasiões, estamos como em um palco onde o eu se afirma, valendo-se de outros recursos da personalidade, ou fracassa. Tudo isso é muito difícil, e a grande questão ética subjacente é a do respeito, profundo e sincero respeito ao outro, a despeito da situação dele.

Há outro aspecto na prática das nossas discussões acadêmicas, privadas ou públicas, em que se configura aguda situação ética. A compreensão da pragmática da linguagem – nas relações de linguagem, praticam-se ações comuns – nos revela aí uma verdadeira negociação de razões ocorrendo como em um segundo plano da comunicação. Negociação quase implícita. Vamos imaginá-la: *“do ut des, concedo-te essa razão para que me concedas outra, entre as minhas. Sondamo-nos mutuamente as nossas forças e arsenais; tenho minha estratégia, mesmo que tácita ou semiconsciente, e faço meus movimentos supondo que tens a tua; ataco com insinuações ou alicio com reconhecimento de tuas razões, e tu reconheces essa linguagem. Posso ameaçar-te de ‘entrar pesado’, quase ‘apelativamente’, se esticares muito a corda de tuas palavras. Concedo-te uma saída honrosa se, simbolicamente, te curvares a mim, fazendo certo elogio discreto das minhas qualidades intelectuais”. E vai por aí...*

4. A AFILIAÇÃO E A “CONVERSÃO” ACADÊMICAS

O meio científico-acadêmico é uma rede altamente complexa de escolas, tendências teóricas, facções, grupos de interesse, filiações a lideranças, fenômenos que se subdividem e ocorrem em vários níveis, tudo se passando de maneira não formal – afiliações são objetivamente inegáveis, mas subjetivamente inconcessíveis. Já não me refiro, portanto,

apenas à afiliação institucional (universidade e programa de pós-graduação, grupo de pesquisa, etc.). Professar uma afiliação, a não ser a grandes autores-líderes, quase clássicos, e escolas teóricas é raro e poderia significar falta de independência intelectual ou “tietismo acadêmico”. É impensável falar de fãs no meio acadêmico, mesmo que a atitude de quem lota uma sala de palestrante em congresso ou de quem defende apaixonadamente o autor de artigo ou discurso não estejam muito distante disso. Até onde vai essa afiliação, até onde compromete o afiliado, quando razões e argumentos objetivos (factuais ou lógicos) estão em questão? O espaço interior ambíguo ou ambivalente em que se dá esse conflito, é o espaço de que fala a ética. Isso tem implicações muito reais, indo da participação em um debate público a uma banca examinadora. Insisto no caráter subliminar da afiliação acadêmica, porque a avaliação blind review, por exemplo, não a impede. A independência da opinião, por mais incômoda que seja entre amigos ou “partidários”, pois, de certa forma, enfraquece ou desprestigia o grupo ou as relações, é um dos grandes recursos de desenvolvimento da academia, um dos pilares éticos de sua credibilidade.

Kuhn, ao analisar a afiliação (inclusive ritos) nas comunidades acadêmicas, faz referência ao que chama de “conversão científica”. Essa é uma experiência, às vezes, fascinante, e mais freqüente do que se pensa. Ela pode acontecer a alguém após ler um livro que o impressiona, uma palestra ou outro evento, em momento decisivo ou de crise. Uma nítida “virada” pode acontecer lá, em um pequeno mais decisivo nó da complexa e vacilante rede de conceitos e convicções em que a personalidade acadêmica de alguém encontra unidade. Touché! E a partir daí se desenvolve uma revisão de pressupostos e opiniões, alcançando campos teóricos associados e áreas de prática, inclusive relações acadêmicas, crescentemente sentidas como implicações irrecusáveis. O movimento tende a ser relativamente lento e progressivo, raramente um Saulo que cai do cavalo, ofuscado por luz superior. De qualquer forma, daí surgem novas afiliações. E esse fenômeno indica o quanto estão imbricadas questões éticas e academia, diga-se melhor, vida acadêmica, pois, em geral, esse é um espaço social em que pessoas vivem intensamente. E quem vive assim é, antes de tudo, um ser ético.

5. QUANDO O CONHECIMENTO QUER SER POSSE...

Magistralmente, Aristóteles disse que conhecer é possuir imaterialmente um objeto. A maioria de seus seguidores esqueceu o verbo dessa sentença e se fixou em um “objeto imaterial possuído”, o conceito, dando-lhe vida interior própria no sujeito, independente da linguagem, cuja exatidão e propriedade lógica a tradição passou a buscar. Foram precisos vários séculos, de fato mais que dois milênios de filosofia no ocidente, para que o conhecimento, a partir da filosofia da linguagem no Século XX, pudesse ser claramente entendido como ação. Ora, a ética trata da orientação da ação humana. A ação, no caso, era a de possuir. Ter algo como seu. Que sentido faz afirmar isso? É suficiente que reflita, no caso, a intuição primeira da consciência cognoscente? O conhecimento é meu porque eu o produzi com meus recursos mentais... Pertence-me - sinto isso – e, portanto, posso dispor dele segundo minhas inclinações e interesses, quem sabe, até, possa comercializá-lo...

Peter Berger e Thomas Luckmann tornaram-se clássicos ao mostrar que o conhecimento se constrói socialmente, origina-se, estritamente, e toma formas, a partir das relações sociais. Mas as concepções sócio-construtivistas já se formavam antes e simultaneamente de diversos pontos da fronteira entre filosofia e sociologia, e, em meios científicos diversos, desde o interacionismo simbólico de Mead e Blumer, chegando a Bloor e Latour, da fronteira entre filosofia e psicologia, com Vygotsky, entre filosofia e biologia com Maturana e Varela, entre filosofia e lingüística com Bakhtin. Conceder a origem epistemológica social e o débito social de qualquer conhecimento tornou-se paradigma ao final do Século XX.

O alcance ético da questão posse individual versus “propriedade” social do conhecimento é incalculável. Por mais que o acadêmico se encante com seu reflexo subjetivo, nada do que produzimos é genuinamente nosso; foi gestado e transmitido lenta e complexamente por milênios entre a cultura ocidental e outras, através de instituições e relações sociais, e até geneticamente pela propensão a determinados “acoplamentos cognitivos”, diriam Bateson e Maturana. Nosso, então,

seria apenas o momento de exercer o conhecimento histórico e social? Deve-se atribuir ao liberalismo individualista da idade moderna o instituto legal da propriedade intelectual? Noutros termos, a propriedade intelectual poderia referir-se a algo que não apenas ao trabalho individual do pesquisador-autor, que merece ser remunerado? Como julgar as estratégias pessoais de reter supostas idéias inovadoras (e até esquemas de aulas e palestras!) até que um veículo de comunicação registre o “feito”, patenteie a “invenção conceitual”? Nossa tradição acadêmica, onde não somos remunerados por artigos e (quase) por livros, teria razão ao simpatizar a idéia de que valeria também para nossos produtos acadêmicos o princípio geralmente aceito dos “royalties” para processos de produção industrial, diretamente geradores de valor econômico agregado ao produto? Como patentear cursos, serviços internacionalmente veiculados? Parece ser outra, a função metodológica da teoria, outro, o poder do conceito. São, todas essas, questões candentes de acentuado fundo ético.

6. CONCLUSÃO

Há uma questão que atravessa todas as levantadas acima, pode encontrar-se no prosseguimento da discussão de todas e, ao mesmo tempo, une e distancia epistemologia e ética: a da verdade. Que se deve entender pela expressão “é verdade”? Teria ela, ainda hoje, fora do simples senso comum, algum significado de correspondência entre conhecimento e realidade? Para

o bem ou para o mal, a filosofia deixou o transcendentalismo. Por muitas vias o homem contemporâneo (ou pós-moderno) desacreditou nas grandes formulações epistemológicas e grandes sistemas éticos, a ciência desistiu de leis definitivas e todos aceitaram a limitação da linguagem, das culturas e, por isso mesmo, da ética. Aqui, portanto, reaparecem juntos os dois pólos constantes nesta Reflexão. Deverão acabar assim? Posto um novo contexto, o das relações entre os homens, pode ser que não. De fato, não precisamos de enunciados verdadeiros e comuns sobre o mundo – talvez mesmo isso nos seja nocivo. Pragmaticamente, basta-nos a certeza suficiente à ação e à vida. Resta, porém, resistente, certa aspiração ética original e absoluta do ser humano: aquele

com quem eu falo, trabalho e que amo não pode, nessa relação, ao mesmo tempo ser e não ser. Cada um de nós precisa acreditar no outro para sobrevivermos todos!

Pedro Lincoln

Doutor (Ph.D): Government (LSE/UK, 1988)

Professor Titular da Universidade de Brasília. E-mail: plincoln@hotmail.com.br

Telefone: (81) 3274-7162

Endereço: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Administrativas.

Av. Profº Moraes Rego, 1235, CEP 50670-901- Recife, PE.